

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a formação de **REGISTRO DE PREÇOS** para a eventual e futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MEDALHAS E TROFÉUS PERSONALIZADOS**, para atender à necessidade de premiação dos estudantes participantes de eventos e competições esportivas, educacionais promovidos pela Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste documento.

2. DAS JUSTIFICATIVAS**2.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender às demandas decorrentes da realização de eventos esportivos, educacionais e institucionais promovidos pela Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, especialmente jogos escolares, campeonatos, competições interclasses, festivais esportivos e demais atividades previstas no calendário institucional, os quais exigem a concessão de premiação simbólica aos participantes e vencedores.

2.1.2. A premiação por meio de medalhas e troféus personalizados constitui instrumento relevante de valorização do esporte educacional, incentivo à participação dos estudantes, estímulo ao desempenho coletivo e individual e fortalecimento das ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino, estando diretamente relacionada ao cumprimento das atribuições institucionais da SEDUC.

2.1.3. Nesse contexto, a presente contratação para o fornecimento de medalhas personalizadas justifica-se tendo em vista a importância de valorizar o esforço e dedicação, sendo um reconhecimento simbólico das conquistas e da participação dos estudantes nos eventos esportivos promovidos pela Administração. As premiações configuram-se como instrumento pedagógico e motivacional relevante, contribuindo para:

- **Fomentar a motivação e o engajamento:** Estimulando a continuidade da participação e o desenvolvimento de habilidades e valores como disciplina, cooperação, superação e respeito às diferenças.
- **Reforçar o senso de pertencimento:** Ao fornecer um item de premiação que carrega a identidade visual do evento e da Secretaria, cria-se uma conexão duradoura e um sentimento de orgulho nos premiados.
- **Promover o desenvolvimento integral:** Alinhando-se aos objetivos do Projeto Político Pedagógico e do Currículo Municipal para a Educação Física, que buscam a formação plena dos alunos.

2.1.4. Ressalte-se que a Secretaria de Educação e Esportes, por meio da Gerência de Esporte, executa diversos projetos voltados ao incentivo às práticas esportivas no âmbito da Educação Física Escolar, enquanto componente curricular obrigatório, bem como em atividades de treinamento esportivo, atendendo estudantes dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, do Ensino Fundamental I e II, das escolas regulares, de tempo integral e da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Tais ações abrangem, inclusive, estudantes com deficiência, com o desenvolvimento de atividades paralímpicas, como estratégia de universalização do acesso ao esporte e de promoção da inclusão social.

2.1.5. Dessa forma, a aquisição de medalhas personalizadas mostra-se imprescindível para atender às demandas decorrentes das competições e eventos esportivos realizados pela SEDUC. A contratação

em questão configura-se, ainda, como investimento estratégico para a Secretaria Executiva de Esportes, considerando a multiplicidade de eventos e ações esportivas desenvolvidas ao longo do exercício.

2.1.6. Ademais, considerando o planejamento estratégico da SEDUC e a natureza contínua das demandas de premiação, justifica-se a opção pela aquisição de medalhas personalizadas por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), mediante Pregão Eletrônico, pelo critério de **menor preço global**, por se tratar de fornecimento de bens comuns. Tal modelagem, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, mostra-se a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, assegurando padronização, qualidade, competitividade, economicidade e flexibilidade na gestão dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2.1.7. Em síntese, a contratação pretendida é essencial para o êxito das políticas públicas educacionais e esportivas do Município, garantindo o devido reconhecimento aos estudantes participantes e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais estimulante, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento integral da comunidade educacional.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. O quantitativo estimado de medalhas e troféus personalizados foi definido com base na demanda histórica e projetada dos eventos esportivos e educacionais promovidos anualmente pela Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, considerando o calendário letivo vigente, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP).

2.2.2 Dessa forma, o quantitativo estimado constitui previsão máxima de consumo e encontra-se discriminado por tipo de item no ETP, não representando obrigação de aquisição integral, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, o que possibilita o atendimento das demandas de forma gradual, conforme a efetiva necessidade da Administração, assegurando economicidade, eficiência e adequado planejamento.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A escolha da solução de **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de troféus e medalhas personalizadas** decorre da análise das necessidades da Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru e da identificação do instrumento de reconhecimento mais eficaz, como detalhado nas análises registradas no Estudo Técnico Preliminar (item 4 do ETP). As medalhas, especialmente quando personalizadas, transcendem o valor material, atuando como um poderoso estímulo à motivação, ao engajamento e ao fortalecimento do senso de pertencimento dos estudantes nas atividades esportivas e educacionais. Essa personalização garante que o item de premiação reflita a identidade institucional e a singularidade dos eventos promovidos, agregando valor simbólico inestimável à conquista dos alunos.

2.3.2. Diante da necessidade perene, a opção pelo Registro de Preços emerge como uma abordagem estratégica e eficiente, estando em consonância com as orientações dispostas na Lei 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

II - Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

2.3.3. Pela leitura da nova legislação, nota-se que, sempre que possível, as compras realizadas pela Administração Pública serão realizadas pelo procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preço. Outrossim, a Lei 14.133/2021 passou a valorizar a matéria, dando destaque específico a sua conceituação no inciso XLV, do art. 6º, conforme abaixo:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

2.3.4. Salienta-se ainda que a Lei 14.133/2021 foi categórica ao classificar o Sistema de Registro de Preços como espécie de procedimento auxiliar. Essa consolidação legal ocorre de forma específica no Capítulo X, mais precisamente nos artigos 78 e seguintes, ressaltando a importância estratégica que o SRP detém no contexto dos procedimentos licitatórios.

2.3.5. Conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, o SRP será utilizado quando:

Art. 4º O Sistema de Registro de Preços (SRP) será adotado, em especial, quando:

I - Considerando-se as características do objeto, houver a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - Houver a intenção de atender a mais de um órgão ou entidade da Administração Municipal, ou a programas de governo diversos, inclusive por meio das compras centralizadas;

IV - Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo que será demandado pela Administração Municipal.

2.3.6. Considerando a necessidade de **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de troféus e medalhas personalizadas**, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços. Este modelo permite a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando aquisições em excesso, otimizando o uso de recursos públicos e assegurando maior agilidade na contratação sempre que houver demanda. Essa abordagem também está alinhada aos princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

2.4.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade possibilitar à Administração a divulgação de sua intenção de realizar licitação na modalidade pregão, pelo sistema de registro de preços, permitindo a participação de outros órgãos ou entidades interessadas no mesmo objeto, promovendo a otimização de recursos por meio da economia de escala.

2.4.2. Contudo, nos termos do §1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do §4º do art. 15 do Decreto Municipal nº 035/2024, admite-se a dispensa da IRP nas hipóteses em que o órgão gerenciador figure como único contratante ou quando o atendimento à demanda for incompatível com a tramitação do referido procedimento.

2.4.3. No caso em análise, o objeto licitado possui caráter de interesse exclusivo deste órgão, voltado ao atendimento de necessidades específicas que não se estendem a outros órgãos ou entidades. Ademais, a urgência na satisfação da demanda inviabiliza a tramitação da IRP, uma vez que tal procedimento, ao admitir a manifestação de interesse de outros órgãos, poderia acarretar atrasos significativos na conclusão do processo licitatório, além de demandar maior esforço e recursos para o gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

2.4.4. Assim, a dispensa da IRP justifica-se por razões de eficiência, economicidade e celeridade na condução do certame, assegurando que o atendimento das necessidades do órgão gerenciador se dê de forma tempestiva e compatível com as peculiaridades do objeto.

2.4.5. Nada impede a posterior adesão a Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 035/2024, em seu artigo 17, inciso IV.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 A presente contratação visa ao fornecimento de medalhas e troféus personalizados, classificados como bens comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujas especificações podem ser descritas de forma clara e objetiva, permitindo a adoção da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme art. 28, inciso I da referida lei, mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP).

3.2 O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, justificado pela necessidade de garantir:

- A **padronização estética e qualitativa** das medalhas, assegurando **isonomia e identidade visual** nas premiações;
- A **uniformidade dos materiais, acabamentos e especificações técnicas**, fundamentais para a imagem institucional e o valor simbólico da premiação;
- A **racionalização logística e administrativa**, evitando a fragmentação da execução contratual;
- A **eficiência econômica**, com redução de custos operacionais e de fiscalização.

3.3 Embora o objeto não seja parcelado entre diferentes fornecedores, a contratação será estruturada com **entregas parceladas**, de acordo com as necessidades específicas da Secretaria de Educação e Esportes e em consonância com o calendário dos eventos esportivos e educacionais ao longo do ano letivo.

3.4 O modo de disputa será o **ABERTO**, com lances públicos e sucessivos, permitindo ampla competitividade e assegurando a obtenção da proposta **mais vantajosa** para a Administração.

3.5 A combinação entre a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, o critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** e o modo de disputa **ABERTO** descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido e estar justificadamente pormenorizado no tópico 9. do Estudo Técnico Preliminar.

3.6. Com o objetivo de suprir as necessidades administrativas, a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, edital e seus anexos.

3.7 As medalhas e troféus a serem adquiridas deverão atender às seguintes especificações mínimas e quantitativos abaixo:

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE

1	MEDALHAS PERSONALIZADAS DE METAL 3D- para competições esportivas, aproximadamente 5MM de borda tamanho 10 cm com fita personalizada 30x800 MM, com o logo da prefeitura ao centro. Gravação do nome do evento e data a combinar. Modelos Tipos: Ouro, Prata e Bronze.	UND	11.000
2	TROFÉUS - com alturas de 50 cm, base quadrada em polímero na cor preta. suporte metalizado na cor dourada. plaqueta para gravação - altura 19cm, gravação frente e verso do nome do evento e data (a combinar).	UND	400
3	TROFÉUS GRANDES - com 110 cm de altura, base de mdf em formato retangular, medindo 23x16cm e 3,5cm de espessura, na cor branca com efeito marmorizado preto, base superior contendo duas colunas de cada lado frisadas douradas, uma placa acima contendo uma moldura espelhada com sua devida gravação e logotipo. personalizada com o nome do evento e data (a combinar).	UND	30

3.8. O preço apresentado deverá integrar a incidência de todos os custos de impostos, fretes, seguros, taxas e encargos sociais não sendo a Administração responsável por quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratado.

3.9. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua integridade até o uso. Rotulado conforme legislação em vigor, contemplando a descrição técnica do material. E deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.

3.10. Os quantitativos foram estabelecidos conforme levantamento minucioso contido em Estudo Técnico Preliminar- ETP, na fase de planejamento, a qual está anexo ao presente Termo de Referência.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Considerando o objeto da presente demanda, **não serão exigidos ATESTADOS de comprovação de qualificação técnica**, em razão da ausência do referido objeto nas exigências elencadas no art. 67 da Lei 14.133/2021.

5. DO PRAZO, LOCAL, DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E DA GARANTIA

5.1 O objeto do presente Termo será executado/fornecido de forma **PARCELADA**, conforme justificativa no ETP, mediante Ordens de Fornecimentos emitidas pela Secretaria de Educação e Esportes, a qual será enviada por meio eletrônico.

5.2 Os itens deverão ser entregues, no local, dia e horário estabelecidos, conforme abaixo:

* **Dias e horário de entrega:** Segunda a sexta-feira das 8h00 às 13h00:

ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
SEDUC	Ginásio Municipal Professor Erlandsen Rodrigues da Silva, localizado na Rua Visconde de Inhaúma, s/n, Maurício de Nassau

5.3 O prazo de entrega será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data da Ordem de Fornecimento realizada pelo órgão/entidade demandante, podendo ser prorrogado por até mais 5 (cinco) dias úteis, justificadamente, à critério do órgão/entidade demandante.

5.4 Os materiais serão recebidos somente por pessoa credenciada pela PMC, a qual procederá à conferência com base na Ordem de Fornecimento escrita e assinada pelo responsável pelo Departamento de Compras do órgão/entidade demandante.

5.5 Os objetos serão recebidos da seguinte forma:

a) **PROVISORIAMENTE** – Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato.

b) **DEFINITIVAMENTE** – Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

5.6 Aplicam-se aos recebimentos provisórios e definitivos, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.7 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades.

5.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9 São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução dos serviços.

5.10 Os bens serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, que estejam em desconformidade com as especificações no Termo de Referência, quando da utilização dos mesmos.

5.11 O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.

5.12 Só serão recebidos materiais cujas marcas confirmam com aquelas constantes das Propostas de Preços. Será facultado a SEDUC, a seu critério, aceitar outras marcas, desde que isso represente vantagem para a Administração.

5.13 Os produtos definidos neste Termo de Referência deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

6 VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Valor Referencial

6.1.1. O valor estimado para aquisição dos bens está consolidado no Mapa Comparativo de Preços, elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração (SAD), o qual integra o presente Termo de Referência como anexo.

6.1.2. O valor estimado constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Prefeitura obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação. Portanto, a Prefeitura se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

6.1.3. Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

6.1.4. Os custos com transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), devendo constar na proposta, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.

6.1 Forma de Pagamento

6.1.1 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

6.1.2 Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

6.1.3 A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

6.1.4 Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

6.1.5 O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

6.1.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.1.7 Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

6.1.8 A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no sub-item 6.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

6.1.9 Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

6.1.10 A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

6.3. Reajuste de Preços

6.3.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

6.3.3. Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

6.3.4. A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

6.4. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

6.5. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

7 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do órgão) participante do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

11000 – Secretaria de Educação e Esportes
11001 – Secretaria de Educação e Esportes
12.361.1217.2.7004 - Suporte Às Atividades Esportivas Escolares
3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

11000 – Secretaria de Educação e Esportes
11002 – FUNDEB
12.361.1218.2.7004 - Suporte Às Atividades Esportivas Escolares
3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1** Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.
- 8.2** Manter-se, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 8.3** Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;
- 8.4** Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do objeto ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante.
- 8.5** Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- 8.6** Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a execução do objeto contratado.
- 8.7** Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo.
- 8.8** Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à execução e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos/serviços.
- 8.9** Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante.
- 8.10** Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO.
- 8.11** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 8.12** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.
- 8.13** Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta.
- 8.14** Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto à contratante.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1** Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2 Verificar a conformidade dos bens/serviços recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

9.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

9.6 Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

9.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

10.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

10.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

10.14. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

11 PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21.

11.2. Conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, em razão da natureza recorrente da demanda, admite-se, na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que demonstrada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 29, § 3º do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, em consonância com o planejamento da contratação.

12 . PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021).

13 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

13.1 De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

13.2 Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

13.3 Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que a prestação de serviços para fornecimento de medalhas e troféus personalizados, sob demanda, não se classificam como serviços especializados de alta complexidade técnica ou operacional, não apresentando riscos financeiros consideráveis.

13.4 Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

14 DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

14.1 É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

15 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

15.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que há necessidade de apresentação de requisitos específicos sendo incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

16 DA DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DA NECESSIDADE DE CATÁLOGO

16.1. Considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de medalhas e troféus personalizados destinados à premiação das atividades esportivas escolares promovidas pela Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, faz-se necessária a definição da solução de forma integrada, contemplando não apenas o fornecimento dos itens, mas também a verificação prévia de sua conformidade técnica, qualidade, acabamento e adequação ao padrão institucional.

16.1.1. A natureza personalizada do objeto exige atenção especial quanto às dimensões, resistência, material empregado, acabamento gráfico e identidade visual, de modo a assegurar que os itens de premiação atendam às especificações estabelecidas no Termo de Referência e cumpram adequadamente sua finalidade institucional.

16.2. DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO

16.2.1. As propostas apresentadas deverão observar rigorosamente as especificações técnicas detalhadas **no item 3.7** deste Termo de Referência.

16.2.2 No momento da apresentação da proposta, o licitante deverá apresentar **CATÁLOGO**, ficha técnica ou documento equivalente que demonstre e descreva de forma clara os produtos ofertados, contendo informações relativas a material, dimensões, acabamento e características da personalização.

16.2.3 A exigência de catálogo tem por finalidade permitir a análise preliminar de compatibilidade entre o item ofertado e as especificações exigidas, mitigando riscos de contratação de produto em desacordo com o padrão institucional.

16.3. DA POSSIBILIDADE DE SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

16.3.1 Em razão das especificidades do objeto, poderá ser solicitada, a critério da área técnica, a apresentação de amostras pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, como medida de verificação prévia da compatibilidade entre o produto ofertado e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

16.3.2 A solicitação de amostras constitui instrumento de mitigação de riscos contratuais, garantindo que os itens fornecidos atendam aos padrões mínimos de segurança, durabilidade, acabamento e qualidade, preservando o interesse público e a adequada execução contratual.

16.3.3. A metodologia será adotada como medida de verificação prévia da compatibilidade entre o produto ofertado e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, garantindo que os materiais fornecidos atendam aos padrões de **segurança, durabilidade, funcionalidade e qualidade**, assegurando o interesse público e a plena execução do objeto contratual.

16.3.4. Essa exigência encontra respaldo no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como em precedentes do Tribunal de Contas da União, que admitem a solicitação de amostras como instrumento legítimo de aferição técnica, desde que prevista em edital e fundamentada, não configurando restrição à competitividade.

16.3.5. Quando solicitadas, as amostras deverão ser apresentadas pela licitante classificada em primeiro lugar no respectivo item, no prazo e condições definidos neste Termo de Referência e no edital.

16.4. As amostras deverão ser entregues na Gerência de Esportes, situada no Ginásio Municipal Professor Erlandsen Rodrigues da Silva, localizado na Rua Visconde de Inhaúma, s/n, Maurício de Nassau, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento da solicitação.

16.5. Todas as amostras deverão estar devidamente identificadas com:

- a) Número e descrição do item ao qual se referem;
- b) Razão social, CNPJ, endereço completo e telefone da empresa;
- c) Nome completo e contato do representante legal.

16.6. A avaliação das amostras observará, de acordo com a natureza de cada item previsto neste Termo de Referência, as seguintes características:

- a) **Dimensões e medidas:** em conformidade com o solicitado na planilha contante no tópico 3.7.
- b) **Qualidade e resistência do material:** durabilidade, acabamento e textura adequados ao uso em premiações, uniformidade e conformidade com as especificações solicitadas.
- c) **Personalização, acabamento gráfico e estético:** detalhamento e relevo bem definidos, ausência de

falhas, deformações ou oxidação, diferenciação visual entre ouro, prata e bronze.

d) **Fita personalizada (quando aplicável):** qualidade na impressão, resistência e fixação seguras

16.7. A análise será realizada por comissão técnica designada pela SEDUC, de forma objetiva e imparcial, fundamentada em critérios previamente definidos. O resultado será formalizado em **parecer técnico motivado**, que indicará expressamente a aprovação ou reprovação da amostra.

16.8. O parecer técnico será emitido em até **02 (dois) dias úteis** após o recebimento das amostras. Durante a análise, poderão ser solicitados esclarecimentos ou complementações, devendo a empresa atender no prazo estabelecido pela área técnica.

16.9. Todos os custos com a confecção, envio e substituição de amostras serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

16.10. Os materiais apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados e testados para análise da qualidade, das especificações técnicas e do atendimento ao que é exigido neste Termo ou no Edital. E serão disponibilizados para devolução após a emissão do parecer técnico.

16.11. Caso a licitante não compareça para recolher o produto disponibilizado para a amostra no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação, a PMC poderá dar o destino que melhor lhe aprouver ao respectivo produto.

16.12. A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados sob a forma de amostras incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

16.13. DA JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA E DA NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO

A justificativa técnica para a eventual solicitação de amostras e catálogo encontram-se detalhada no item 5.5 do Estudo Técnico Preliminar, integrando a estratégia de mitigação de riscos da contratação.

17 DO CONTROLE DE EXECUÇÃO

17.1 Nos termos do art.117 da Lei nº. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, fica designado como gestor do contrato:

Gestor(a) Titular: Kildary Belmiro Gomes, matrícula: 56.020-5

Gestor(a) Suplente: Erik Rafael Peixoto dos Anjos, matrícula: 56.020-2

Fiscal Titular: Carlos Augusto de Holanda Cavalcanti, matrícula: 56.020-0

Fiscal Suplente: Danyllo Alexandre de Menezes Amorim, matrícula: 56.020-1

17.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

17.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

17.4. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas

ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

18. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

18.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

19. PROPOSTA

19.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

19.2. Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;

19.3. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

20. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

21. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

21.1. Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência exclusivamente por órgãos ou entidades da administração pública municipal, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

21.2. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio dos canais indicados, telefone (81) 3101-0020, ramal do gabinete 1013 e e-mail educacao@caruaru.g12.br. O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato

21.3. Para o controle e estimativa de quantidades passíveis de aquisição pelos órgãos ou entidades não participantes, deverão ser observados os seguintes limites: a) A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços; b) O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.

21.4. O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

22. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

22.1 DA LEGISLAÇÃO

22.1.1 A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

22.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

22.2.1. Na execução do contratado, a empresa contratada deverá entregar o produto obedecendo rigorosamente os seguintes requisitos:

22.2.2. Às normas e especificações constantes deste termo de referência e o Estudo Técnico Preliminar;

22.2.3. Às disposições legais Municipais e Estaduais;

22.2.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;

22.2.5. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

22.2.6. Às normas do Código de Defesa do Consumidor.

22.2.7. As informações complementares a respeito dos requisitos da contratação estão previstas no tópico 5 do Estudo Técnico Preliminar, e no Edital da licitação.

23. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

23.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as condições exigidas neste Termo de Referência e seus anexos.

22.3. Será VEDADA a participação de empresas nas seguintes condições:

23.3.1. Licitantes que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, figure como ocupante de cargo comissionado ou detentor de emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta de Caruaru;

23.3.2. Empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste TR;

23.3.3. Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

23.3.4. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

23.3.5. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

23.3.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

23.3.7. Empresas que possuírem sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;

23.4.8. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;

23.3.9. Que tiverem controle societário ou sócio comuns, independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante;

23.3.10. Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

24. DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos de acordo com as normas contidas no Edital de Pregão, nos termos da legislação vigente e em conformidade com a Lei 14.133/2021, que rege as contratações públicas, bem como em consonância com os princípios e regulamentos que orientam a administração pública;

24.2. O Fornecedor fica obrigado a manter, durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação pertinente;

24.3. Não será admitida subcontratação do objeto;

24.4. A licitação deverá ser realizada sob o tipo “menor preço global” para fins da escolha mais vantajosa;

24.5. Fica admitida a adesão à ata por outros órgãos e entidades da administração pública municipal, que poderão aderir aos termos e condições aqui estabelecidos, desde que o fornecedor aceite a ampliação do objeto contratual de forma equitativa e sem modificações que prejudiquem as condições originalmente pactuadas. Essa adesão deve ocorrer mediante manifestação formal e respeito aos trâmites legais pertinentes.

24.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para a resolução de litígios decorrentes do objeto deste instrumento, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, respeitando as disposições legais aplicáveis.

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

ADSON JOSÉ LEONEL BARBOZA
Secretário Executivo de Esportes
matrícula 55952-9



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 16D5-E726-8CF7-A380

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADSON JOSE LEONEL BARBOZA (CPF 037.XXX.XXX-71) em 27/02/2026 10:37:49 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/16D5-E726-8CF7-A380>